

Assembleia Nacional

Grupo Parlamentar do PAICV

Intervenção do Sr. Deputado Pedro Pires

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,
Senhor Primeiro Ministro,
Senhores Deputados,

1. Este debate deve ser uma oportunidade para uma reflexão aprofundada mas serena sobre os problemas reais com que o país se confronta. Receio porém, que não vai ser assim.

Este é o momento de prestação de contas. Não é a hora de fazer novas promessas para justificar as promessas que não foram cumpridas. É tempo de pagar a conta. Não é hora de tomar a pedir fiado.

Senhor Primeiro Ministro,

Temos uma visão diferente do Estado da Nação. Mas não temos uma visão catastrófica do Estado da Nossa Nação ou do nosso futuro. Estar na oposição não nos diminui a lucidez nem nos impede de reconhecer com objectividade, os aspectos positivos da acção governativa.

É um facto que o país avançou em diversos domínios: infra-estruturas, comunicações e electrificação, por exemplo. Mas é certo também, que continuam a existir problemas que já podiam e deviam estar resolvidos enquanto outros de grande incidência social têm emergido, aos quais é preciso atacar com maior determinação e eficácia.

Os auto-elogios e a ampliação da obra feita não resolvem os problemas dos cabo-verdianos. Cabo Verde não é o oásis virtual que se pretende vender aos cabo-verdianos. No país real em que vivemos, existe mal-estar, descontentamentos e profundas frustrações, em largos sectores da nossa sociedade.

Professores diplomados ou formados em exercício, médicos, enfermeiros, trabalhadores de saúde, trabalhadores do INFA, do INERF, trabalhadores dos Centros de Desenvolvimento Pecuário e de Desenvolvimento Agrícola, da Arca Verde, estivadores, empregados da Cabo Verde Telecom., pescadores da Praia, camponeses, todos, reclamam. Reivindicam um melhor e mais justo atendimento dos seus interesses, aspirações e direitos e a solução dos problemas sérios com se debatem. Aumenta o número de greves e de ameaças de greve. O Governo não hesita em mais uma vez, se socorrer da requisição civil.

Os donos dos "hyaces", os camionistas e os taxistas reclamam contra a pesada carga de impostos a que foram sujeitos. Os pequenos empresários e comerciantes não escapam a esta aflição.

As rabidantes reclamam contra a prepotência de que têm sido vítimas.

Na nossa capital, os pequenos empresários, os barbeiros, as cabeleireiras e todos quantos usam equipamentos eléctricos, no exercício das suas actividades, reclamam contra os cortes frequentes de energia e os transtornos e prejuízos que lhes vem causando. Nas repartições públicas, reclama-se também, devido ao impedimento de se poder usar plenamente os equipamentos informáticos e cumprir as obrigações.

Os emigrantes cabo-verdianos pedem um melhor tratamento dos seus interesses políticos e económicos.

Assembleia Nacional Grupo Parlamentar do PAICV

2. Por outro lado,

Constata-se mal-estar na classe médica, nas FF. AA., na Polícia e na Polícia Judiciária.

Os funcionários públicos continuam sem poder usufruir da assistência medicamentosa a que têm direito e aguardam com ansiedade, a reestruturação da segurança social.

Os jovens, que são os mais atingidos pelo desemprego, encaram o futuro com preocupação.

Muitos cabo-verdianos que há quatro anos acreditaram numa vida melhor sentem hoje, que a sua confiança foi defraudada e as suas expectativas estão sendo frustradas. Acentua-se a tendência para o aumento das diferenças que separam os ricos dos pobres, em detrimento dos mais desfavorecidos. Cabo Verde está a ficar mais desigual.

Há discriminações de municípios e de cidadãos por motivos políticos. Um governo, uma vez eleito, não deve ser de um partido só, mas de todo o país. Há instrumentalização política de empregos públicos e nos projectos de alta intensidade de mão de obra. O Governo manipula a Comunicação Social do Estado, sendo esta obsessão acompanhada muitas vezes, de atitudes autoritárias.

3. **Governar bem deve ser** : reforçar os consensos básicos que garantem a convivência em democracia, aumentar a coesão social e gerar a confiança, individual e colectiva, no futuro, sobre bases seguras e firmes. É o que Governo não tem feito.

Existe um expressivo défice democrático no funcionamento da democracia cabo-verdiana. Está em causa a qualidade da democracia.

O protesto subscrito por 45 jornalistas, apresentado a esta Assembleia, é sinal de que os alertas foram entendidos e de que as ameaças foram apreendidas.

O Governo prefere, no entanto, uma postura autista, ignorando ostensivamente, as reclamações e opiniões da sociedade civil.

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro Ministro,
Senhores Deputados,

4. Embora haja alterações legislativas e avanços quanto a meios, a justiça continua ainda, com uma imagem de lentidão na opinião pública. O acesso à justiça é caro, aparecendo aos olhos dos cidadãos como privilégio das camadas sociais com mais poder económico em prejuízo das pessoas mais desprotegidas. Registam-se casos de autêntica denegação de justiça por falta de dinheiro.

Urge garantir um efectivo patrocínio judiciário às camadas mais pobres da sociedade. Mas também, um serviço de informação jurídica adequado a um Estado de Direito Democrático. Por outro lado, é impreterível a implementação dum programa de combate à morosidade nos tribunais, visto que ela também, funciona como uma verdadeira denegação de justiça.

5. Há questões que ganharam dimensão nacional, seja pela suas implicações políticas, seja pela sua incidência cultural e psicológica, na vida e na fé de milhares cabo-verdianos, exigindo por isso, uma urgente clarificação pública. Estas questões têm sido tratadas de forma perniciosamente e sem qualquer rigor profissional. O seu esclarecimento e a sua resolução têm-se arrastado durante anos com fortes prejuízos morais para instituições, pessoas e a sociedade, no geral. Refiro-me às profanações dos locais de culto e à destruição de santos. A clarificação do imbróglio que tem envolvido a sua investigação policial é uma necessidade inadiável, para o bem de nós todos.

Assembleia Nacional Grupo Parlamentar do PAICV

São preocupantes os últimos desenvolvimentos dos processos das profanações, o que mostra os caminhos enviesados por que tem trilhado a sua investigação. Por um lado, nota-se uma clara falta de resultados no esclarecimento honesto da questão. Por outro lado, os últimos acontecimentos trouxeram a público formas de *desacato institucional* inéditas protagonizadas por responsáveis em relação ao poder judicial, as quais não contribuem para a boa imagem da justiça e para a confiança do cidadão nas instituições da República. Face a isso, é de se perguntar se o Governo não devia pôr a mão na consciência e responsabilizar os prevaricadores. **Insistimos que a clarificação das profanações é uma necessidade urgente.**

6. **A droga é outro pesadelo que aflige a sociedade cabo-verdiana.** Estudos recentes confirmam que o consumo da droga tende a alargar-se, atingindo as camadas etárias mais baixas. Por outro lado, teme-se, que o país se transforme numa plataforma de tráfico de estupefacientes.

O Governo tem sido incapaz de concretizar uma estratégia nacional que faça frente com êxito, a esta chaga social. Não tem havido o atendimento exigido pela existência de um número, cada vez maior, de toxicodependentes. Não existe um programa integrado de tratamento nem centros de atendimento especializado.

O país precisa de uma lei sobre o branqueamento de capital.

O PAICV está disponível para, naquilo em que for útil, prestar a sua contribuição, visto que o combate à droga é uma tarefa da sociedade inteira, exigindo o empenhamento de todos.

7. **A defesa nacional** tem sido tratada até hoje, pelas forças políticas, como uma questão tabu. Em nossa opinião, deve-se levantar o véu que tem envolvido a situação nos quartéis, avaliar a política de defesa e de segurança nacionais e questionar a sua adequação à realidade nacional e aos recursos disponíveis.

Há sinais exteriores preocupantes quanto ao funcionamento das Forças Armadas. É preciso conhecer o que inquieta os militares. Consideramos que se torna necessário, num esforço de análise e de consensualização, um debate alargado e participado sobre a política da defesa e da segurança do país e o papel e o lugar das forças militares e paramilitares.

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro Ministro,
Senhores Deputados,

8. **O acesso aos cuidados de saúde, uma necessidade básica primária, está mais complicado para as camadas sociais mais pobres e das zonas geográfica e socialmente mais desfavorecidas.** São os atrasos no atendimento dos utentes. São as longas listas de espera principalmente nas consultas de especialidade. São os doentes de cirurgia programada que aguardam anos, vagas para serem operados. São os problemas com a qualidade e a humanização da prestação de cuidados de saúde. Os idosos, os reformados, os pensionistas e os doentes crónicos enfrentam enormes dificuldades de acesso a medicamentos nas farmácias do Estado, ficando muitos sem tratamento. Sente-se aqui, a insensibilidade social do Governo.

No âmbito da saúde pública, há que implementar uma política para o combate a um dos problemas mais sérios, entre nós, que é o alcoolismo. A saúde mental continua sem uma política integrada e abrangente, a nível nacional, questão que exige solução.

O Hospital Agostinho Neto vive numa situação de crise, com carências e bloqueios de diversa ordem. Há meses que a maioria dos serviços não têm chefia. O bloco cirúrgico está com uma solução precária, com riscos para os doentes operados.

Assembleia Nacional Grupo Parlamentar do PAICV

Quanto ao novo Hospital Central, continua sem solução apesar das declarações dos responsáveis municipais e governamentais. Existe um grande mal-estar no seio do pessoal, desde médicos a trabalhadores não qualificados.

9. Terminou um ano escolar e vai começar um novo. Os pais pertencentes às camadas mais pobres já começaram a pensar como arranjar dinheiro para pagar as propinas de matrícula, comprar as fardas, os manuais e materiais escolares. É um drama vivido nesta altura, por milhares de pais. **É preciso rever o montante das propinas**
10. O turismo vem dando passos promissores. Mas, exigem-se medidas acertadas e oportunas para o seu desenvolvimento sustentado.

Há que dar maior atenção à solução de problemas específicos que enfrentam as ilhas de "concentração turística", assegurando-lhes um tratamento adequado, para garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento turístico. As ilhas do Sal e da Boa Vista confrontam-se com problemas de saneamento, de energia e de insuficiência de água e com riscos sérios de degradação do meio ambiente. A presença de um grande número de turistas exige melhores serviços de saúde, uma polícia de ordem pública melhor preparada e bem assim uma maior segurança nas praias, o que infelizmente, falta neste momento.

A problemática do saneamento básico, particularmente, do tratamento dos resíduos sólidos exige uma abordagem nacional incumbindo ao Estado o papel determinante no seu equacionamento e resolução, a começar por uma política nacional específica, nesta matéria.

O exemplo da nossa capital é revelador: continua à espera da solução dos problemas da recolha do lixo, do tratamento dos resíduos sólidos, do aumento da cobertura da rede de esgotos, da regularização do fornecimento da água, e dos cortes de electricidade.

Em resumo, a defesa e a preservação do meio ambiente são outra urgência que está sendo descurada. O Governo no seu conjunto deve assumir globalmente a política do ambiente, em colaboração com os municípios, porque não é nenhum luxo.

11. **A taxa do desemprego situa-se muito acima do previsto.** A política do Governo não tem dado os resultados prometidos. A política de preços tem tido efeitos negativos na vida daqueles que ganham menos. Regista-se uma diminuição do poder de compra dos trabalhadores em geral, incluindo os empregados e os funcionários. A própria classe média sente-se sufocada.

A situação social não podia ser diferente. O país está sob os efeitos dum programa de reajustamento estrutural e da consequente política de cinto apertado. Isto para corrigir os resultados de políticas que, como reconheceu o Governo, colocaram a economia cabo-verdiana numa situação de "perigosa derrapagem", provocando a erosão das reservas externas, um endividamento interno insuportável pondo em risco a estabilidade das finanças públicas. **A sujeição do país ao PAE é o preço exigido para a obtenção de doações e de empréstimos para o financiamento da amortização da elevada dívida interna contraída.**

O agravamento da fractura social é um facto e não podia ser diferente, face à ausência de contrapeso social à política neoliberal.

Os custos sociais das reformas e das medidas restritivas devem ser suportados com maior equidade e justiça. É imoral e injusto querer transferir todo o seu peso para a classe média e para as camadas sociais de menor rendimento. E por isso, as elites no poder não podem querer reservar os ganhos, só para si. **É preciso associar a exigência técnica da eficiência económica à exigência ética da solidariedade e da justiça social. Não há espaço para os gastos supérfluos do Governo.** Há que pôr fim às mordomias e ao clientelismo.

12. **A reforma da administração pública ficou em banho-maria.** Para quando o seu aquecimento? Por outro lado, **está por criar a entidade gestora da previdência dos funcionários públicos prevista, de**

Assembleia Nacional Grupo Parlamentar do PAICV

há muito. Desconhece-se a sustentabilidade do sistema, a prazo. Para quando vão sair da gaveta a esperada reforma da previdência dos funcionários públicos e a sua harmonização com os outros regimes?

13. Registamos com satisfação o interesse que os investidores estrangeiros têm demonstrado por Cabo Verde e a concretização de diversos projectos de investimento, particularmente, na área do turismo. A promoção do investimento no sector industrial virado para a exportação reveste-se também, de grande importância para a economia nacional. O desempenho do Governo nesta área tem sido fraco, identificando-se como causas principais a inexistência de parques industriais satisfatoriamente infra-estruturados que possam oferecer aos investidores condições de trabalho minimamente aceitáveis e a excessiva centralização do poder de decisão. Para quando a remoção destes estrangulamentos?

Sabendo-se que os fundos provenientes do Banco Mundial destinados a construção de naves industriais estão esgotados, como é que o Governo vai prosseguir com a construção destas infra-estruturas indispensáveis para que Cabo Verde não veja perigada a sua já precária posição competitiva na atracção de investimentos para empresas francas industriais?

Quanto aos riscos não é evidente que eles tenham sido sempre suficientemente acautelados. Neste âmbito, gostaríamos de conhecer a situação actual da fábrica de conservas "Fishpackers" de que o BCA teria sido avalista dum empréstimo concedido aos seus promotores por um banco estrangeiro. Se este for o caso, perguntamos se é política do Governo conceder garantias bancárias a bancos ou instituições financeiras estrangeiras para cobrir financiamentos de projectos promovidos por investidores externos?

14. No concernente às privatizações temos lembrado insistentemente que os objectivos a atingir devem ser os seguintes:

- ganhos de eficiência,
- maior encaixe para o Estado,
- a promoção da participação do empresariado nacional,
- a salvaguarda dos interesses sociais,

objectivos esses que nem sempre são convergentes, daí que em função das características próprias de cada empresa, da sua importância para a economia nacional e consequências sociais eventualmente resultantes de sua privatização, se tenha de graduar a importância relativa de cada um desses objectivos.

Concluída a primeira fase das privatizações constata-se que os quatro objectivos citados não foram alcançados e, particularmente, a promoção da participação do empresariado nacional, foi totalmente ignorada.

15. Desencadeada a segunda fase das privatizações, o Governo propõe-se privilegiar dois objectivos:
- executar o programa de forma acelerada para responder às imposições do PAE;
 - o encaixe da maior receita possível e no mais curto espaço de tempo para realizar a participação do Estado no Trust Fund.

Esta forma de conduzir o processo inviabiliza a prossecução dos outros objectivos de interesse para a economia e a sociedade cabo-verdianas. Tratando-se da privatização de sectores importantes como o financeiro, o portuário, da reparação naval, os transportes aéreos, etc., questiona-se como vai o Governo conciliar as duas referidas metas com as outras preocupações que devem sempre estar presentes, como as questões sociais?

Por outro lado, é lamentável ter de constatar que mais uma vez, está a ser preterida a participação do sector privado nacional nesta segunda fase das privatizações, que fica de fora por ausência de qualquer sistema de "facilitação financeira" e por razões de calendário.

16. O Governo perdeu as rédeas da condução da política económica do país e passou a ser monitorizado à distância. Como se sabe, a economia cabo-verdiana está sujeita a um Programa de

Assembleia Nacional Grupo Parlamentar do PAICV

Ajustamento Estrutural e sob uma dupla supervisão: do FMI e do Banco de Portugal. Neste quadro, o Governo negociou sorrateiramente, com o FMI o alargamento do prazo do Programa de Ajustamento Estrutural, de 10 de Maio para 31 de Dezembro de 1999. Não cumpriu os critérios a que se obrigou no prazo inicialmente acordado.

17. O governo não tem cumprido as suas próprias metas. A realização do capital do Trust Fund, criado para a resolução da elevada dívida interna resultante da errada política económica, no mandato anterior, está atrasada de um ano, tendo inclusive, necessitado dum bode expiatório e feito vítima. Até este momento, nada foi depositado da contribuição do Estado de Cabo Verde, proveniente das privatizações, para o capital do Trust Fund.
18. A Bolsa de Valores foi inaugurada, com pompa e circunstância. Depois, eclipsou-se. Terá sido uma inauguração prematura?
19. Mais uma vez o Senhor Presidente da República esteve na iminência de não poder falar última Cimeira da OUA. Este desleixo é um mau serviço prestado à política externa nacional, especialmente, no seio da família africana.

Senhores Deputados,

Assiste-se a uma submissão da governação do país a estratégias de manutenção do poder ou de disputas de liderança partidária. O cenário de 1998, por ocasião da remodelação ministerial, repete-se. Os meios do Estado são utilizados para as campanhas partidárias e pessoais de candidatos à liderança. Os funcionários são pressionados para subscreverem moções de apoio a candidaturas. Enquanto isto, o país assiste, espera e sofre.

Senhor Primeiro Ministro,

O preço do petróleo bruto duplicou de Janeiro a esta data. Quando os preços vinham baixando, o seu Governo não mandou reduzir os preços dos combustíveis. Qual é política que vai seguir agora ?

Na sua equipa nem todos os ministros têm tido prestação satisfatória. Para quando a próxima remodelação ministerial ? O seu governo está fragilizado. Há mesmo, ministro demissionário. É um governo desavindo. Assim, terá muitas dificuldades em governar.

Realmente, o país precisa de um outro Governo.

Obrigado.

Praia, 3 de Agosto de 1999